

Prova Escrita Objetiva e de Redação – Nível Superior

ANALISTA TÉCNICO - PEDAGOGIA

Tipo 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de texto definitivo destinada à resposta da redação



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a resposta da redação para a folha de texto definitivo
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na Lista de Presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!

Língua Portuguesa

TEXTO 1 – CHINA

Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui.

Coesão e rumo. Exatamente o que falta ao nosso querido país. E mais o seguinte: uma noção completamente diferente do tempo. Trata-se de uma civilização milenar, com mentalidade correspondente. Os temas são sempre tratados com uma noção de estratégia e visão de longo prazo. E paciência. A paciência que, como disse Franz Kafka, é uma segunda coragem.

Nada de curto praxismo, do imediatismo típico do Ocidente, que têm sido tão destrutivos e desagregadores.

Esse traço do chinês é até muito conhecido no resto do mundo. Há uma famosa observação do primeiro-ministro Chou En-Lai, muito citada, que traduz essa noção singular do tempo. Em certa ocasião, no início dos anos 1970, um jornalista estrangeiro lançou a pergunta: “Qual é afinal, primeiro-ministro, a sua avaliação da Revolução Francesa?” Chou En-Lai respondeu: “É cedo para dizer”.

Recentemente, li aqui na China que essa célebre resposta foi um simples mal-entendido. Com os percalços da interpretação, Chou En-Lai entendeu, na verdade, que a pergunta se referia à revolta estudantil francesa de 1968! Pronto. Criou-se a lenda.

Pena que tenha sido um mal-entendido. Seja como for, é indubitável que para os chineses o tempo tem outra dimensão. Para uma civilização de quatro mil anos ou mais, uma década tem sabor de 15 minutos. (*O Globo*, 15/9/2017)

1

O texto 1 pode ser incluído no gênero textual do depoimento pessoal; tomando por base o primeiro parágrafo desse texto, NÃO se inclui entre suas características:

- (A) a presença marcante da 1ª pessoa do singular;
- (B) a busca da interação com os leitores do jornal;
- (C) a importância dada à opinião pessoal do enunciador;
- (D) a preferência por temas de sensibilidade;
- (E) a preocupação com a certeza dos dados veiculados.

2

“Esse traço do chinês é até muito conhecido no resto do mundo”. O mesmo valor semântico do termo “até” se encontra na seguinte frase:

- (A) O cronista viajou até a China;
- (B) O copo ficou cheio até a borda;
- (C) Até os brasileiros gostam da China;
- (D) Li o livro até a página 234;
- (E) Até este mês tudo correu bem.

3

O substantivo “mal-entendido” forma o plural da mesma forma que:

- (A) couve-flor;
- (B) quarta-feira;
- (C) guarda-civil;
- (D) alto-falante;
- (E) pão-de-ló.

4

“Coesão e rumo. Exatamente o que falta ao nosso querido país. E mais o seguinte: uma noção completamente diferente do tempo”.

O autor do texto 1 separou a “noção diferente do tempo” em relação aos termos anteriores “coesão e rumo” porque:

- (A) se refere ao item central a ser desenvolvido a seguir;
- (B) os termos anteriores pertencem a outro autor – Cristovam Buarque;
- (C) introduz um tema de valor filosófico, ao contrário dos demais;
- (D) destaca uma distinção de menor importância política;
- (E) sublinha um traço de distinção Oriente / Ocidente.

5

“Coesão e rumo. Exatamente o que falta ao nosso querido país”. Sobre esse segmento do texto 1, é correto afirmar que:

- (A) as duas palavras iniciais representam a mesma coisa, daí que o texto expresse no singular “o que falta”;
- (B) o advérbio “exatamente” tem valor irônico, já que se trata de uma ausência negativa;
- (C) o possessivo “nosso” se justifica por abarcar o cronista e a imensa maioria de seus leitores;
- (D) o termo “querido país” se refere ao Brasil, de forma explícita, e à China, de forma implícita;
- (E) o segundo período desse segmento funciona como explicação vocabular dos termos anteriores.

6

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer”.

Sob o ponto de vista da estruturação sintática, esse período do texto 1:

- (A) é composto exclusivamente por orações coordenadas;
- (B) é constituído por duas orações;
- (C) contém somente orações subordinadas;
- (D) apresenta coordenação e subordinação;
- (E) é formado por orações sintaticamente independentes.

7

Na primeira linha do texto 1, o termo “leitor” aparece entre vírgulas pela mesma razão que elas são empregadas em:

- (A) “Há uma famosa observação do primeiro-ministro Chou En-Lai, muito citada, que traduz essa noção singular do tempo”;
- (B) “Em certa ocasião, no início dos anos 1970, um jornalista estrangeiro lançou a pergunta...”;
- (C) “Qual é afinal, primeiro-ministro, a sua avaliação da Revolução Francesa?”;
- (D) “Recentemente, li aqui na China que essa célebre resposta foi um simples mal-entendido”;
- (E) “É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque...”.

8

A palavra abaixo, retirada do texto 1, que apresenta um processo de formação distinto dos demais é:

- (A) chineses;
- (B) recentemente;
- (C) milenar;
- (D) desagregadores;
- (E) imediatismo.

9

“Para uma civilização de quatro mil anos ou mais, uma década tem sabor de 15 minutos”. Em busca de expressividade, o autor do texto 1 apela, neste caso, para um(a):

- (A) hipérbole;
- (B) metonímia;
- (C) personificação;
- (D) eufemismo;
- (E) pleonasma.

10

“Os temas são sempre tratados com uma noção de estratégia e visão de longo prazo. E paciência. A paciência que, como disse Franz Kafka, é uma segunda coragem”.

A inserção da citação de Kafka no texto 1 funciona como elemento:

- (A) esclarecedor do significado do termo “paciência”;
- (B) indicador da origem da observação do cronista sobre o valor da paciência;
- (C) contraditório em relação ao anteriormente expresso;
- (D) valorizador literário da crônica;
- (E) irônico, por referir-se à paciência como uma “segunda coragem”.

11

O segundo parágrafo do texto 1 começa por “Coesão e rumo”, seguido de ponto. Tal pontuação tem como função:

- (A) valorizar o diagnóstico de Cristovam Buarque;
- (B) destacar diferenças entre China e Brasil;
- (C) mostrar as duas vertentes que serão analisadas a seguir;
- (D) demonstrar os pontos de reflexão explorados no texto;
- (E) indicar valores da sociedade chinesa milenar.

12

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer”(texto 1).

O emprego da forma verbal “tem feito” é perfeitamente adequada ao contexto, já que esse tempo verbal expressa ações:

- (A) completamente passadas;
- (B) que se repetiram no passado;
- (C) que se iniciaram no presente;
- (D) iniciadas no passado que continuam no presente;
- (E) iniciadas no presente e de duração indeterminada.

13

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui”.

Nesse primeiro parágrafo do texto 1 há termos cujo significado é esclarecido pelo contexto anterior; o termo que é esclarecido pela situação e NÃO pelo contexto é:

- (A) chineses;
- (B) país;
- (C) neste jornal;
- (D) que;
- (E) aqui.

14

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui”.

O segundo período desse primeiro parágrafo do texto 1, em relação ao anterior, funciona como:

- (A) acréscimo a uma informação já dada;
- (B) explicação de uma afirmativa anterior;
- (C) exemplificação de um fato digno de admiração;
- (D) justificativa para o tempo de residência na China;
- (E) inclusão de uma opinião diversa.

15

Há vários momentos do texto 1 em que se juntam termos de valor substantivo e valor adjetivo; o par abaixo em que NÃO ocorre mudança de significado em caso de troca de posição é:

- (A) certa ocasião;
- (B) jornalista estrangeiro;
- (C) revolta estudantil;
- (D) simples mal-entendido;
- (E) observação famosa.

16

“Pena que tenha sido um mal-entendido”; a observação do cronista no texto 1 se justifica porque:

- (A) a história narrada seria de mais valor, por ser verdadeira;
- (B) o resultado do mal-entendido tem mais valor filosófico;
- (C) o mal-entendido tira valor da narrativa;
- (D) a figura de Chou En-Lai fica manchada pela ignorância;
- (E) a narrativa deixaria de ser lenda.

17

“Nada do curto praxismo, do imediatismo...”; o termo “curto praxismo” (texto 1), é exemplo de:

- (A) neologismo;
- (B) arcaísmo;
- (C) cultismo;
- (D) coloquialismo;
- (E) regionalismo.

18

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui”.

A função textual da inclusão de Cristovam Buarque no texto 1 é a de:

- (A) dar importância ao tema escolhido para a crônica;
- (B) dar autoridade e credibilidade às observações do autor;
- (C) demonstrar o valor de sua coluna no jornal;
- (D) criticar indiretamente os gastos do Poder Legislativo;
- (E) indicar que o tema já foi tratado pelo jornal.

19

Observe a charge a seguir.



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright do autor

Nessa charge a resposta da menina:

- (A) demonstra não haver entendido a fala do outro personagem;
- (B) critica a baixa qualidade do estudo de língua portuguesa;
- (C) indica pouco conhecimento de figuras de linguagem;
- (D) ironiza a situação do Poder Legislativo no Brasil;
- (E) mostra a distância cultural entre os personagens.

20

Na fala do personagem-pai na charge há um erro de acentuação no vocábulo “quê”; a frase em que ocorre o mesmo erro ortográfico é:

- (A) Há um quê de estranho em tudo isso.
- (B) Os políticos roubam, por quê?
- (C) O quê? Não estou escutando bem...
- (D) O quê da palavra “quero” está mal grafado.
- (E) Por quê você não veio, por quê?

Legislação Aplicável ao Ministério Público do Estado da Bahia

21

O Conselho Nacional do Ministério Público foi criado em 30 de dezembro de 2004, pela Emenda Constitucional nº 45, e tem como objetivo imprimir uma visão nacional ao MP, orientando e fiscalizando todos os ramos do MP brasileiro.

De acordo com a Constituição da República de 1988, o CNMP:

- (A) compõe-se por dez membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha por dois terços do Congresso Nacional, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução;
- (B) tem competência para receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público;
- (C) aprecia a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;
- (D) exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes federativos e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas;
- (E) é órgão de consulta da Presidência da República nos assuntos relacionados com o MP e a defesa do Estado democrático, competindo-lhe sugerir alterações nas leis orgânicas do Ministério Público da União e dos Estados.

22

A Constituição da República de 1988 é um marco na democracia do Brasil e na história do Ministério Público, que ganhou autonomia para trabalhar, independência financeira e institucional, além de abertura do campo de atuação.

De acordo com o texto constitucional, é função institucional do Ministério Público:

- (A) exercer o controle interno da atividade policial, dentro da estrutura do Poder Executivo;
- (B) exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas, no âmbito do respectivo ente federativo;
- (C) promover, subsidiariamente, a ação penal pública, na forma da lei, podendo requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial;
- (D) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e individuais disponíveis;
- (E) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.

23

A Lei Estadual nº 12.209/2011, que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, estabelece que os atos de comunicação podem ser da espécie intimação ou notificação.

Tal lei disciplina que esses atos de comunicação são realizados por edital em algumas hipóteses, como quando:

- (A) houver fundada suspeita de ocultação para frustrar o recebimento do ato de comunicação;
- (B) tratarem de processo envolvendo interesse de incapaz, diante da indisponibilidade do direito tratado;
- (C) residir o destinatário da comunicação em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência;
- (D) forem dirigidos a agentes públicos, cadastrados no sistema digital da Administração;
- (E) for o destinatário agente público, encontrar-se na repartição e inexistir possibilidade de comunicação por meio eletrônico.

24

O inquérito civil tem por objeto apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público. Esgotadas todas as possibilidades de diligências, o membro do Ministério Público, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento do inquérito civil.

Nesse contexto, de acordo com a Resolução nº 23/2007 do CNMP:

- (A) o arquivamento é promovido pelo mesmo Promotor que presidiu as investigações, e os autos do inquérito civil, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser arquivados imediatamente no âmbito interno da Promotoria, salvo se houver recurso por parte de qualquer interessado;
- (B) os autos do inquérito civil, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser remetidos ao órgão de revisão competente, no prazo de três dias, contado da comprovação da efetiva cientificação pessoal dos interessados;
- (C) as pessoas co-legitimadas para atuar nos direitos tutelados no inquérito civil podem apresentar recurso com as respectivas razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito, no prazo de quinze dias da publicação da promoção de arquivamento;
- (D) a promoção de arquivamento só passa a ter eficácia após sua publicação na imprensa oficial, data em que começa a contar o prazo de dez dias para o legitimado interpor recurso ao órgão colegiado da Administração Superior do MP;
- (E) o arquivamento deve ser promovido pelo membro do MP que preside o inquérito civil, quando esgotadas as diligências pertinentes e verificar-se ausência de ato ilícito ou de justa causa, ou quando concluir ser atribuição de outro ramo do Ministério Público.

25

Com o escopo de preservar a necessária independência funcional e destemor na sua atuação profissional, os membros do Ministério Público gozam de garantias constitucionais, como a:

- (A) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Procurador-Geral, assegurada ampla defesa;
- (B) estabilidade, após três anos de efetivo exercício em virtude de aprovação em concurso público, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho;
- (C) participação de bônus, que consiste no recebimento de honorários, percentagens ou custas processuais pagos pela parte sucumbente;
- (D) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;
- (E) irredutibilidade de vencimentos, segundo a qual sua remuneração somente pode ser alterada por lei complementar, de iniciativa privativa do chefe do Executivo.

26

O Conselho Superior do Ministério Público é órgão da administração superior do Ministério Público, incumbindo-lhe velar pela observância de seus princípios institucionais. Assim, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público da Bahia (Lei Complementar Estadual nº 11/96), compete ao Conselho Superior do Ministério Público:

- (A) determinar por voto de dois terços de seus integrantes a disponibilidade ou a remoção de membros do Ministério Público, por interesse público, assegurada a ampla defesa;
- (B) aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, bem como os projetos de criação, modificação e extinção de cargos e serviços auxiliares;
- (C) rever, mediante requerimento de legítimo interessado, decisão do Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária, acerca de arquivamento de inquérito policial;
- (D) editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos dos serviços auxiliares e atos de disponibilidade dos servidores do Ministério Público;
- (E) dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem deva officiar no feito e decidir processo administrativo disciplinar, contra membro da instituição.

27

A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93) dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados.

De acordo com o citado diploma normativo, os Centros de Apoio Operacional são órgãos:

- (A) de execução, competindo-lhes apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, na primeira quinzena de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça, relativas ao ano anterior;
- (B) de execução, incumbindo-lhes orientar e fiscalizar as atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, podendo, para tal, realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça;
- (C) auxiliares destinados a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como a melhor execução de seus serviços;
- (D) auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, competindo-lhes estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;
- (E) auxiliares de natureza transitória, incumbindo-lhes realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público e o acompanhamento dos Promotores Substitutos durante o estágio probatório.

28

Promotoria de Justiça do interior do Estado com atribuição para investigação penal promoveu o arquivamento de um inquérito policial.

Caso não concorde com o entendimento ministerial, o Juízo Criminal competente deixará de homologar o arquivamento e, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público da Bahia, deverá remeter os autos ao:

- (A) Procurador de Justiça com atribuição criminal, que designará outro membro do Ministério Público para oferecer denúncia, prosseguir nas investigações, ou insistir no arquivamento;
- (B) Conselho Superior do Ministério Público, que poderá oferecer denúncia, designar outro membro do Ministério Público para fazê-lo, ou insistir no arquivamento;
- (C) Órgão Especial do Colégio de Procuradores, que designará outro membro do Ministério Público para oferecer denúncia, prosseguir nas investigações, ou insistir no arquivamento;
- (D) Procurador-Geral de Justiça, que poderá oferecer denúncia, designar outro membro do Ministério Público para fazê-lo, ou insistir no arquivamento;
- (E) Corregedor-Geral do Ministério Público, que designará outro membro do Ministério Público para oferecer denúncia, prosseguir nas investigações, ou insistir no arquivamento.

29

Maria, servidora pública civil do Estado da Bahia, no mês passado, permaneceu trabalhando na repartição pública na qual está lotada, pelo período de duas horas a mais por dia, após seu horário regular de expediente (das 18 às 20h), desempenhando tarefas para atender a situação excepcional e temporária, em razão de correição da Corregedoria realizada no início do mês em curso.

No caso em tela, de acordo com a Lei Estadual nº 6.677/1994, Maria:

- (A) não terá direito a qualquer gratificação, diante da ausência de previsão legal;
- (B) não terá direito a qualquer gratificação, eis que não chegou a trabalhar após as 22h;
- (C) terá direito ao adicional noturno, que será remunerado, em regra, com acréscimo de vinte e cinco por cento em relação à hora normal de trabalho;
- (D) terá direito ao adicional por serviço extraordinário, que será remunerado, em regra, com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho;
- (E) terá direito ao adicional por tempo de serviço extra, que será remunerado, em regra, com acréscimo de vinte e cinco por cento em relação à hora normal de trabalho.

30

Joana, ocupante estável do cargo efetivo de Analista Técnico do Ministério Público da Bahia, acaba de adotar um bebê de cinco meses de idade.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, Joana tem direito à licença:

- (A) maternidade, porque o princípio da isonomia impede a distinção entre filho biológico e adotivo, pelo período de noventa dias a contar da data em que a criança chegar ao novo lar;
- (B) maternidade, porque o intérprete da lei não pode distinguir filho biológico do adotivo, pelo período de trinta dias a contar da data em que transitar em julgado a sentença de adoção;
- (C) maternidade, porque, pelo princípio da igualdade, a lei não pode distinguir filho biológico do adotivo, pelo período de até cento e oitenta dias, a contar da data do nascimento da criança;
- (D) à adotante, para ajustamento do menor, pelo período de trinta dias a contar da data em que transitar em julgado a sentença de adoção;
- (E) à adotante, para ajustamento do menor, pelo período de cento e oitenta dias a contar da data em que este chegar ao novo lar.

Conhecimentos Específicos

31

Inês Barbosa de Oliveira afirma que pensar alternativas curriculares como uma possibilidade de contribuição para a emancipação social traz em si dois pressupostos. Um deles refere-se à definição de currículo.

Para a autora, adepta de uma visão pós-estruturalista, o currículo deve ser compreendido como criação:

- (A) dos sujeitos que compõem o norte epistemológico e impõem indelevelmente seus saberes a outros que se encontram em situações de miséria social e intelectual;
- (B) das estruturas do Estado totalitário, que se propõe a dirigir as nações em direção a uma sociedade mais justa para todos e todas;
- (C) cotidiana daqueles que fazem as escolas e como prática que envolve todos os saberes e processos interativos do trabalho pedagógico realizado por alunos e professores;
- (D) dos intelectuais ligados aos governos centrais e que deve ser posta em ação pelos profissionais da educação nas escolas, apresentando seus resultados através das avaliações externas;
- (E) dos movimentos sindicais, dos movimentos sociais e dos sindicatos ligados aos profissionais da educação que conhecem as realidades dos sistemas de ensino do país.

32

Dentre as ideias de Vygotsky, a que foi mais difundida no campo educacional foi o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, definido pelo autor como a distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial.

Tais níveis costumam ser determinados, respectivamente, através da observação:

- (A) das reações de segurança que a criança aparenta ao resolver problemas complexos e das reações de insegurança que a criança aparenta na resolução de problemas complexos;
- (B) daquilo que a criança resolve sem auxílio de um adulto, mas com a utilização de instrumentos concretos de apoio, e daquilo que é resolvido pela criança de forma autônoma;
- (C) da quantidade de respostas corretas que a criança dá a situações problemáticas preestabelecidas e da quantidade de respostas incorretas que a criança dá a situações problemáticas preestabelecidas;
- (D) daquilo que a criança efetivamente já aprendeu e daquilo que a criança poderá aprender na interação com outra criança de seu grupo social que se encontra no mesmo nível de desenvolvimento;
- (E) das ações, em resposta a um problema, que o indivíduo realiza de maneira independente e das ações, em resposta a um problema, que o indivíduo realiza sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.

33

Em uma reunião Pedagógica, Alessandra, diretora da escola, comunica aos professores que há um surto de Doença de Chagas na região.

Avisa, então, aos professores, que o trabalho com os seus alunos sobre o tema é, como prevê os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), obrigatório e interdisciplinar, e deve ser incluído nos temas transversais, especificamente em Meio Ambiente, Saúde e Temas Locais.

À luz dos PCNs, NÃO há:

- (A) nos Parâmetros Curriculares Nacionais o tema transversal denominado “Temas Locais”, portanto, o assunto será trabalhado somente em Meio Ambiente e Saúde;
- (B) previsão de interdisciplinaridade nos Parâmetros Curriculares Nacionais, portanto os professores podem trabalhar os temas individualmente;
- (C) previsão nos Parâmetros Curriculares Nacionais para este tipo de temática, devendo ele, portanto, ser trabalhado pela professora de ciências;
- (D) obrigatoriedade de implementação das diretrizes contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, sendo assim, a escola possui autonomia para trabalhar ou não o tema da forma que melhor lhe convier;
- (E) possibilidade de discussão democrática em torno da temática, em virtude da obrigatoriedade prevista nas diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

34

De um ponto de vista histórico, na educação brasileira, três significados distintos de qualidade foram construídos e circularam simbólica e concretamente na sociedade: um primeiro, condicionado pela oferta limitada de oportunidades de escolarização; um segundo, relacionado à ideia de fluxo, definido como número de alunos que progridem ou não dentro de determinado sistema de ensino; e, finalmente, a ideia de qualidade associada à aferição de desempenho mediante testes em larga escala. (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2005, p. 8)

O Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, em sua meta 07, dispõe sobre o fomento à qualidade da educação.

A referida meta atrela a ideia de qualidade da educação à(s):

- (A) condições físicas, infraestruturais e de pessoal em quantidade adequada, propiciando ambiente favorável à aprendizagem;
- (B) universalização da educação básica, atendendo ao princípio da equidade;
- (C) avaliação institucional com critérios definidos democraticamente pela comunidade escolar, respeitadas as normatizações legais nacionalmente instituídas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- (D) melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir médias predeterminadas medidas através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica;
- (E) melhoria da formação inicial e continuada dos profissionais da educação medida através de exame nacional para o magistério.

35

“Nos projetos pode existir maior chance de os alunos receberem diferentes estímulos para desenvolverem suas múltiplas inteligências, pois colocam-nos diante de diversas situações, diferentes desafios e solicitam a resolução de dezenas de situações problema” (NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. *Pedagogia de projetos: etapas, papéis e atores*. São Paulo: Editora Érica, 2014)

A Pedagogia de Projetos propõe uma reorganização curricular e metodológica das escolas, na medida em que a interdisciplinaridade passa a ser o eixo condutor das ações pedagógicas.

É uma das vantagens da Pedagogia de Projetos frente ao ensino tradicional:

- (A) a objetividade e o pragmatismo do processo de aprendizagem dos alunos;
- (B) a redução do tempo utilizado pelo professor nas explicações dos projetos;
- (C) a eficácia de todas as etapas, garantida por meio de avaliações objetivas;
- (D) a atuação do professor como mediador e dos alunos como protagonistas;
- (E) o estímulo à competitividade no grupo e à produção individual dos alunos.

36

Paulo Freire, em sua obra mais conhecida, *Pedagogia do Oprimido*, afirma que “quanto mais analisamos as relações educador-educandos na escola, em qualquer de seus níveis (ou fora dela), parece que mais nos podemos convencer de que essas relações apresentam um caráter especial e marcante – o de serem relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras”. (FREIRE, 1987, pág. 57)

O autor afirma que a narração de que o educador é o sujeito que conduz o educando à memorização mecânica e os transforma em vasilhas. “Quanto mais vá enchendo os recipientes com seus depósitos, tanto melhor o educador será. Quanto mais se deixem docilmente encher, tanto melhores educandos serão”. (IDEM, pág. 58)

As características das relações entre professor e aluno descritas por Freire são próprias do que o autor denomina ‘educação bancária’. Em oposição, o autor afirma que deve-se priorizar a dialogicidade enquanto essência da educação como prática de liberdade.

Segundo o autor, para haver um diálogo em que se estabeleça uma relação horizontal, é necessário evitar:

- (A) um profundo amor ao mundo e aos homens;
- (B) autossuficiência;
- (C) humildade;
- (D) a supressão da situação opressora;
- (E) intensa fé nos homens.

37

“Planejamento é o processo, contínuo e dinâmico, de reflexão, tomada de decisão, colocação em prática e acompanhamento” (VASCONCELLOS, C. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. São Paulo: Libertad Editora, 2014).

A partir dessa concepção, é correto afirmar que o planejamento:

- (A) se inicia com a elaboração mental, antes mesmo de ser colocado em prática;
- (B) é a ação sobre o pensamento, portanto ganha forma quando é implementado;
- (C) se completa com a avaliação, encerrando o ciclo iniciado na elaboração mental;
- (D) é um ciclo, que pode prescindir de sua implementação, atendo-se ao plano das ideias;
- (E) tem a prerrogativa da antidialogicidade em sua concepção na medida em que é reconstruído heurísticamente.

38

O prefeito do município de Alcobaça convocou a população para uma discussão a respeito da aplicação dos recursos destinados à educação. Ao iniciar a reunião, explicou aos munícipes que os municípios brasileiros por força de lei (Constituição Federal e LDB) deveriam investir no mínimo 25% da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. Assim, demonstrou os valores previstos para o ano seguinte e, depois de muita discussão, foram eleitas as maiores urgências para investimento:

- I. melhoria da remuneração dos profissionais da educação;
- II. calçamento das ruas de algumas escolas;
- III. realização de concurso público para psicólogos para tratamento dos alunos;
- IV. bolsas de estudos para alunos de grande capacidade intelectual;
- V. pesquisa encomendada à Universidade Federal sobre a qualidade do ensino público municipal.

O Prefeito esclareceu que nem todos os itens poderiam ser atendidos, pois, de acordo com a LDB, NÃO constituem despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino público os itens:

- (A) II, IV e V;
- (B) II, III e IV;
- (C) II, III e V;
- (D) II e III;
- (E) I, IV e V.

39

Quando o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado, em 1998, buscava-se uma avaliação inovadora, que em vez de testar conteúdos fosse capaz de avaliar competências e habilidades. Segundo o Documento Básico do Enem, tinha-se a seguinte definição de competências e habilidades:

Competências são as modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, ações e operações que utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer. As habilidades decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato do 'saber fazer'. Por meio das ações e operações, as habilidades aperfeiçoam-se e articulam-se, possibilitando nova reorganização das competências (BRASIL, 1999, p. 7).

(BRASIL. Ministério da Educação. Exame Nacional do Ensino Médio – Enem. Documento básico. Brasília, DF: INEP, 1999).

A partir desse entendimento, avaliar por competências significa avaliar:

- (A) a partir de temas geradores, utilizando-se instrumentos objetivos e subjetivos;
- (B) empiricamente o aluno, a partir de um guia de instruções que oriente a ação prática;
- (C) objetivamente, com base em indicadores quantificáveis, a fim de que se possa realizar, ao final, o processo de feedback;
- (D) a partir de situações-problema, buscando que o aluno mobilize distintos saberes para atingir um resultado esperado;
- (E) a partir de múltiplos instrumentos, com foco na formação profissional do educando.

40

Para Gadotti (1998), “A educação que copia modelos, que deseja reproduzir modelos, não deixa de ser uma práxis, só que se limita a uma práxis reiterativa, imitativa, burocratizada.”

Compreendendo práxis enquanto ação transformadora, o autor propõe uma pedagogia da práxis que:

- (A) segmenta teoria e prática em busca de uma maior potencialização de cada um dos elementos em prol da educação pública de qualidade socialmente referenciada;
- (B) propõe-se a compor uma educação voltada para a manutenção da hegemonia dos setores conservadores da sociedade moderna;
- (C) utiliza os saberes culturais clássicos para determinar as práticas pedagógicas escolares necessárias ao desenvolvimento humano;
- (D) é a teoria de uma prática pedagógica que procura não esconder o conflito, a contradição, mas, ao contrário, entende-os como inerentes à existência humana;
- (E) aproxima-se da pedagogia tecnicista inspirada em princípios behavioristas na qual o treinamento e a repetição fornecem, em última instância, autonomia ao aluno.

41

“A LDB oficializou a modalidade de Educação a Distância como válida para todos os níveis e modalidades de ensino (Art. 80), exceto para o Ensino Fundamental (§ 4º do Art. 32), o qual deve ser “presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, 2013, p. 250).

No bojo da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, não se permitiu a oferta do Ensino Fundamental na modalidade de Educação a Distância porque:

- (A) buscava-se garantir a frequência escolar dos alunos nessa etapa, que à época era a única obrigatória;
- (B) faltava tecnologia, à época, para a oferta do Ensino Fundamental em todo o território nacional;
- (C) havia carência de profissionais da educação habilitados para a modalidade Educação a Distância;
- (D) tentava-se fazer com que as crianças frequentassem a escola a partir dos quatro anos de idade, como previa a LDB;
- (E) havia resistência dos sistemas de ensino de implementar polos de Educação a Distância para atender os alunos.

42

“Na cabeça de quase todo mundo a sala de aula admite espacialmente uma única oposição: a mesa do professor versus o lugar coletivo dos alunos.” (BRANDÃO, 1994, pág. 105)

A sala de aula a que se refere Brandão no trecho acima transcrito corresponde à organização espacial de uma escola tradicional na qual o professor é o sujeito:

- (A) mediador entre o conhecimento e o aluno no processo ensino-aprendizagem a partir da organização dos conteúdos;
- (B) central no processo ensino-aprendizagem a partir da transmissão, organizada em uma gradação lógica, do acervo cultural aos alunos;
- (C) facilitador do processo ensino-aprendizagem a partir da criação de experiências que levem o aluno às descobertas epistemológicas;
- (D) incentivador do processo ensino-aprendizagem a partir do conhecimento prévio do interesse dos alunos e organização do conteúdo;
- (E) observador do processo ensino-aprendizagem a partir da observação da construção do conhecimento autônoma pelos educandos.

43

Piaget afirma que, no estágio pré-operatório, as crianças apresentam certas características que limitam a possibilidade do estabelecimento de trocas intelectuais equilibradas.

La Taille (1992) afirma que, neste estágio, falta à criança:

- 1) a capacidade de aderir a uma escala comum de referência quando em diálogo com outra no mesmo estágio;
- 2) uma regulação essencial do raciocínio que a obrigue a levar em conta o que disse em princípio para construções discursivas ulteriores;
- 3) a facilidade em colocar-se no ponto de vista de outrem.

Essas três características juntas representam o que Piaget denomina:

- (A) Pensamento Categorical;
- (B) Pensamento Egocêntrico;
- (C) Pensamento Operatório Formal;
- (D) Pensamento Reversível;
- (E) Ação Interiorizada Reversível.

44

“Etimologicamente, supervisão significa ‘visão sobre’, e da sua origem traz o viés da administração, que a faz ser entendida como gerência para controlar o executado. Dessa forma, quando transposta para a educação, passou a ser exercida como função de controle no processo educacional.” (FERREIRA, 2008, pág. 238).

Porém, outra perspectiva de supervisão vem tomando vulto. Celso Vasconcellos afirma que “Ser supervisor não é fiscal de professor, não é dedo-duro [...] não é pombo-correio [...] não é coringa/tarefairo/quebra-galho/salva-vidas[...] não é tapa buraco, não é burocrata[...] não é de gabinete, não é dicitório [...] não é generalista que entende quase nada de quase tudo.” (VASCONCELLOS, 2006, p.86.).

Nessa perspectiva, o trabalho do supervisor sofre uma ressignificação, cujo princípio norteador deve ser:

- (A) o cumprimento da legislação da educação e das normas emanadas pelo órgão central do sistema de ensino;
- (B) uma ação crítico-reflexiva junto ao professor, assumindo uma postura de estimulador e sustentador do trabalho docente;
- (C) a definição do Projeto Político Pedagógico da escola junto à direção e o seu cumprimento pelos professores no interior das salas de aula;
- (D) a manutenção da harmonia do ambiente escolar através da observância da hierarquia institucional necessária ao bom funcionamento dos processos pedagógicos;
- (E) a elaboração de uma metodologia de ensino que deve ser aplicada pelos professores na escola, objetivando o sucesso de todos os alunos.

45

De acordo com o Art. 213 da Constituição Federal de 1988, escolas privadas podem receber recursos públicos se forem filantrópicas, confessionais ou comunitárias e se atendidos alguns requisitos.

A Escola X é confessional e recebe recurso público para sua manutenção. No próximo ano, infelizmente, encerrará suas atividades. Os funcionários e responsáveis pelos estudantes decidiram coletivamente, em assembleia convocada especificamente para esse fim, doar todos os seus computadores aos alunos através de sorteio.

Ao consultarem a Constituição Federal de 1988, constataram que:

- (A) seu patrimônio só poderá ser doado à pessoa física em caso de pobreza extrema e, dessa maneira, nem todos os alunos poderão participar do sorteio;
- (B) seu patrimônio deve ser obrigatoriamente destinado a outra instituição confessional sem fins lucrativos, tal como a Escola X, inviabilizando-se, portanto, a ação planejada;
- (C) seu patrimônio deve ser destinado a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades, o que impossibilitou a ação planejada;
- (D) sua ação está devidamente resguardada pela Constituição Federal de 1988, tendo em vista que a doação foi decidida de forma coletiva, atendendo ao princípio da Gestão Democrática;
- (E) a escola possui autonomia para destinar seu patrimônio livremente desde que o objeto da destinação não tenha sido adquirido com recurso público.

46

O Artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) define dois princípios da gestão democrática do ensino público:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

De acordo com essa legislação, ao pensar e fazer o projeto pedagógico da escola pública, os professores devem:

- (A) ser consultados sobre eventuais mudanças no projeto, cabendo à direção da escola a sua aprovação;
- (B) trazer suas contribuições ao projeto, de forma indireta, por meio de críticas e sugestões;
- (C) ser protagonistas, junto com os outros profissionais da educação, do processo de construção do projeto, para que ele represente a realidade vivida e tenha objetivos reais;
- (D) solicitar o acompanhamento do processo às secretarias de educação, de modo a estarem autorizados a efetuarem as necessárias alterações nos itens do projeto;
- (E) solicitar à Direção da escola uma cópia do projeto, ainda que não tenham participado de sua elaboração, pois trata-se de documento a ser anexado aos diários de classe.

47

“Assim como as tradições que definem o que é currículo, o currículo é, ele mesmo, uma prática discursiva. Isso significa que ele é uma prática de poder, mas também uma prática de significação, de atribuição de sentidos. Ele constrói a realidade, nos governa, constringe nosso comportamento, projeta nossa identidade, tudo isso produzindo sentidos”. (LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011).

A partir da visão pós-estruturalista das práticas curriculares de poder e significação, é correto afirmar que o currículo:

- (A) se constrói na dialética, a partir de imposições e resistências, tendo como atores principais os alunos;
- (B) é um recorte implacável, em que há um processo avassalador de imposições por meio do arbitrário cultural dominante;
- (C) torna inócuas distinções como currículo formal, oculto, vivido, na medida em que tudo isso é parte inalienável das práticas curriculares;
- (D) oculto é a parte intangível do currículo, na medida em que não está colocada nos textos e não é partilhada por todos;
- (E) possui independência das decisões políticas, na medida em que é construído no interior das escolas.

48

“Em suas diferentes vocações, as pesquisas participantes atribuem aos agentes-populares diferentes posições na gestão de esferas de poder ao longo do processo da pesquisa, assim como na gestão dos processos de ação social dentro da qual a pesquisa participante tende a ser concebida como um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa”. BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. Revista de Educação Popular, v. 6, n. 1, 2007).

Ao afirmarem que a pesquisa participante é também um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, os autores apontam que a pesquisa:

- (A) passa a ser encarada como um instrumento sociológico, somente de análise da realidade;
- (B) transcende seu caráter epistemológico, para alcançar dimensões ontológicas e axiológicas;
- (C) se materializa na formação política dos envolvidos, na medida em que está atrelada a grupos ideológicos;
- (D) deixa de ser um ato dialógico, na medida em que não há trocas de experiências entre os sujeitos;
- (E) deve ser tratada como trabalho político e pedagógico, não requerendo qualquer rigor científico.

49

O inciso VIII do artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional traz a seguinte redação:

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

O gestor escolar, quando se vê diante de um aluno com muitas faltas, deve, primeiramente:

- (A) aguardar que o aluno atinja a metade do número máximo de faltas estabelecido por lei e notificar as autoridades competentes;
- (B) conversar com os professores para que eles sejam menos rígidos e flexibilizem as marcações de faltas no diário de classe;
- (C) convocar a família antes que o aluno atinja o percentual apontado, buscando resolver o caso dentro da escola;
- (D) consultar outros membros da comunidade escolar, que não os responsáveis legais, a fim de obter informações sobre o motivo das faltas que possam respaldar processos judiciais contra esses responsáveis;
- (E) elaborar documento que regule a legislação dentro da escola, tratando as faltas de maneira mais rígida que a lei.

50

Tem sido observado em todas as regiões do país um processo de juvenilização dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos. (DI PIERRO, JOIA e RIBEIRO, 2001).

Tal fato, de acordo com as autoras, deve-se à(ao):

- (A) falta de interesse dos jovens em estudar;
- (B) dinâmica escolar brasileira e às pressões oriundas do mundo do trabalho;
- (C) desemprego massivo da população;
- (D) falta de estrutura e financiamento do ensino regular;
- (E) ausência de fiscalização por parte do poder público.

51

Maria Montessori, uma importante educadora, influenciou a educação em um período de extrema rigidez das instituições escolares. Deu especial atenção à preparação do ambiente propício para o desenvolvimento infantil, à liberdade de ação das crianças pequenas e ao material a elas ofertado.

Em um ambiente de liberdade, desenvolveu o conceito de disciplina ativa, segundo o qual o indivíduo disciplinado é aquele que:

- (A) é senhor de si mesmo e, em decorrência, pode dispor de si ou seguir uma regra de vida;
- (B) reconhece as regras de conduta social e as cumpre nos grupos em que está inserido, sem a necessidade de intervenção da mestra;
- (C) cria e recria as regras de convivência social, atendendo aos interesses próprios necessários ao seu desenvolvimento;
- (D) tem liberdade total e irrestrita, não devendo ser interditado em suas ações mesmo que cause conflitos;
- (E) deverá amoldar-se a uma disciplina que circunscreva-se ao meio escolar, sem a preocupação com o ambiente social mais ampliado.

52

Na interdisciplinaridade escolar, as noções, finalidades, habilidades e técnicas visam favorecer sobretudo o processo de aprendizagem, respeitando os saberes dos alunos e sua integração. [...] A interdisciplinaridade na formação profissional requer competências relativas às formas de intervenção solicitadas e às condições que concorrerem para o seu melhor exercício. Nesse caso, o desenvolvimento das competências necessárias requer a conjugação de diferentes saberes disciplinares (FAZENDA, I. O que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2008).

A interdisciplinaridade é um princípio de reorganização da escola e da própria ciência, dado que:

- (A) supera as demarcações estáticas que separam as disciplinas, tratando os diferentes saberes como fluidos e articulados;
- (B) propõe o fim das disciplinas e áreas de conhecimento, na medida em que atrapalham o pleno desenvolvimento da ciência;
- (C) sugere o fim das formações profissionais por área de conhecimento, apostando em uma formação generalista para todos;
- (D) institui novas disciplinas a serem trabalhadas transversalmente, a partir de aproximações conceituais;
- (E) determina a mudança dos processos avaliativos, extinguindo provas, testes e relatórios.

53

Em 2018, Ana cursará o 1º período da graduação em nutrição em uma universidade privada. Ana é surda e necessita de tradutor e intérprete da LIBRAS para o acompanhamento das aulas.

Diante da situação e de acordo com a Lei nº 13.146/2015, a universidade em que Ana estudará, deverá:

- (A) contratar um intérprete e tradutor da LIBRAS, aumentando em 20% do valor da mensalidade da escola;
- (B) contratar profissional titulado em nível superior com habilitação em tradução e interpretação em LIBRAS, repassando 20% dos gastos com a contratação para Ana;
- (C) contratar intérprete e tradutor da LIBRAS que possua nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em LIBRAS, sendo vedada qualquer cobrança adicional à Ana;
- (D) contratar intérprete e tradutor da LIBRAS que possua o ensino médio concluído, e curso de Tradução e Interpretação em LIBRAS, sendo vedada qualquer cobrança adicional à Ana;
- (E) solicitar que Ana e sua família providenciem o tradutor e intérprete da LIBRAS para o acompanhamento das aulas.

54

“O Projeto Alfabetização Móvel da UNESCO usou telefones celulares para complementar e dar apoio a um curso de alfabetização tradicional presencial, oferecido a 250 meninas adolescentes em áreas remotas do Paquistão. O analfabetismo é um problema crítico no Paquistão, com um impacto desproporcional sobre mulheres e meninas. Em termos nacionais, a taxa de alfabetização de homens adultos é de 69%, e de apenas 40% para as mulheres. Como as pesquisas educacionais mostram que as habilidades de leitura recém-adquiridas sofrem atrofia rápida sem uma prática consistente, os planejadores do projeto da UNESCO queriam um modo de apoiar remotamente as adolescentes, após a conclusão do curso. A única forma de comunicação com estudantes que viviam em aldeias sem computadores, ou sem conexões de internet confiáveis por linhas fixas, era por meio de telefones celulares. Instrutores do programa enviavam mensagens de texto às suas alunas, lembrando-lhes da necessidade de praticar a escrita ou pedindo que lessem trechos de um manual. Os instrutores também faziam perguntas às alunas, que as respondiam por mensagens de texto. Todas essas atividades e comunicação visavam a reforçar as habilidades de alfabetização que as meninas tinham adquirido durante o curso presencial. Antes que o projeto da UNESCO incorporasse os aparelhos móveis, somente 28% das meninas que completavam o curso de alfabetização recebiam nota “A” em um exame de acompanhamento. Entretanto, com o apoio dos aparelhos móveis, mais de 60% delas obtiveram “A”. Com base nesse sucesso inicial, o projeto está sendo ampliado, alcançando agora mais de 2,5 mil alunas”. (UNESCO. Diretrizes de políticas para a aprendizagem móvel. Paris: UNESCO, 2013).

O uso dos celulares como possibilidade de acesso aos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) foi recomendado pela UNESCO como uma forma de atingir pessoas alijadas dos processos educativos.

São empecilhos à generalização dessas práticas:

- (A) a legislação restritiva de alguns países e a falta de interesse dos estudantes por aparelhos eletrônicos;
- (B) a baixa capacidade dos profissionais da educação cujo interesse pelos aparelhos é pequeno e a resistência a mudanças por parte das famílias;
- (C) a falta de conectividade adequada e os riscos jurídicos assumidos pelas escolas a partir dessas práticas;
- (D) os baixos investimentos em formação profissional e o desenvolvimento de materiais didáticos adequados;
- (E) a disparidade entre o uso em escolas públicas e privadas e entre meninos e meninas.

55

“A avaliação formativa está associada a formas de regulação e de autorregulação que influenciam de forma imediata os processos de ensino e aprendizagem, enquanto a avaliação somativa, em geral, proporciona informação sintetizada que se destina a registrar e a tornar público o que parece ter sido aprendido pelos alunos” (FERNANDES, D. Para uma teoria da avaliação no domínio das aprendizagens. Estudos em avaliação educacional, v. 19, n. 41, set./dez. 2008, p. 347-372).

A partir da distinção realizada por Fernandes, é correto afirmar que a avaliação formativa deve:

- (A) seguir critérios objetivos e quantificáveis;
- (B) classificar os alunos com base nas aprendizagens;
- (C) regular a ação do professor a partir dos resultados;
- (D) se limitar a poucos instrumentos avaliativos;
- (E) estimular a competição entre os avaliados.

56

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi vista historicamente como uma ação compensatória que visava alfabetizar jovens e adultos que tiveram suas trajetórias escolares interrompidas ou acidentadas. Com o alargamento dos dispositivos legais garantidores da educação, a EJA passa a ser de oferecimento obrigatório pelo poder público e direito dos cidadãos.

De acordo com o Parecer nº 11, de 2000, do Conselho Nacional de Educação, a EJA possui três funções necessárias. Uma delas se constitui, segundo o parecer, no próprio sentido da Educação de Jovens e Adultos. A função:

- (A) reparadora, através da qual o indivíduo que teve sustada sua formação, qualquer que tenha sido a razão, busca restabelecer sua trajetória escolar;
- (B) equalizadora, que significa a entrada no circuito dos direitos civis e a efetivação de um direito historicamente negado pelo poder público às camadas populares da sociedade;
- (C) diretora, que tem por princípio a direção de vida que tomará o aluno egresso da EJA, abrindo as possibilidades para a ascensão social e o prosseguimento dos estudos em nível superior;
- (D) restabeecedora, que objetiva o restabelecimento das trajetórias escolares interrompidas, possibilitando novas oportunidades de vida;
- (E) qualificadora ou permanente, que tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares.

57

“A Ética diz respeito às reflexões sobre as condutas humanas. A pergunta ética por excelência é: ‘Como agir perante os outros?’. Verifica-se que tal pergunta é ampla, complexa e sua resposta implica tomadas de posição valorativas. A questão central das preocupações éticas é a da justiça entendida como inspirada pelos valores de igualdade e equidade” (Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais e ética; 1997, p. 26).

Deve ser um compromisso ético do profissional da educação:

- (A) garantir a igualdade de oportunidades aos alunos, inclusive possibilitando ações diferenciadas àqueles que encontram-se em situações de desvantagem;
- (B) guiar suas ações de acordo com a religião e os bons costumes, protegendo os alunos de exposições desnecessárias;
- (C) evitar a apresentação e o debate sobre dilemas éticos que possam gerar polêmicas na comunidade escolar;
- (D) ratificar os valores das famílias, na medida em que a educação é dever compartilhado da família e da escola;
- (E) envolver a comunidade escolar na construção de um orientador ético, que imponha os comportamentos para cada ator social.

58



PINTURA
Tarsila do Amaral
(Capivari/SR. 1886 - São Paulo/SR, 1973)
Operários, 1933
Óleo sobre tela

Disponível em: <http://www.acervo.sp.gov.br>

O quadro “Operários”, de Tarsila do Amaral, foi pintado em 1933 e busca representar, entre outras coisas, o crescimento urbano que o país experimentava à época.

No mesmo período, iniciou-se uma intensa expansão do número de vagas nas escolas públicas brasileiras, incentivada pelo:

- (A) convênio firmado entre o Ministério da Educação e a agência norte-americana USAID, que previa a cooperação para a expansão da rede de ensino;
- (B) governo de Getúlio Vargas, que capitaneou propostas trazidas pelo “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” e deu lugar de destaque à educação pública em seu projeto nacionalista;
- (C) capital privado, a partir dos sindicatos patronais, que viam nas escolas públicas um caminho para a formação de mão de obra para atuar nas indústrias;
- (D) movimento Modernista, que congregava pintores, escritores, músicos e dramaturgos vinculados à bandeira da educação pública de qualidade;
- (E) papel das universidades públicas, que se tornaram celeiros de novas teorias pedagógicas e locus de formação de novos professores para atuarem nas escolas públicas.

59

“De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretendeu-se a objetivação do trabalho pedagógico. Buscou-se, então, com base em justificativas teóricas derivadas da corrente filosófico-psicológica do behaviorismo, planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência”. (SAVIANI, D. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. In: Lombardi, J.C.; Saviani, D.; Nascimento, M. (Orgs.). Navegando na história da educação brasileira. Campinas: HISTEDBR, 2016. p. 60-75).

O trecho em destaque se refere à pedagogia:

- (A) tradicional;
- (B) libertária;
- (C) tecnicista;
- (D) não diretiva;
- (E) jesuíta.

60

Henri Wallon considera o desenvolvimento infantil uma dinâmica complexa que envolve necessariamente diversos aspectos do ser humano. O autor desenvolve a Psicogênese da Pessoa Completa, teoria através da qual explica o desenvolvimento como uma progressiva construção estruturada em cinco estágios sucessivos dados em uma ordem necessária. (GALVÃO, 1995)

Em relação aos estágios de desenvolvimento, é correto afirmar que:

- (A) a passagem de um estágio de desenvolvimento a outro se dá linearmente através de uma ampliação de sistemas menos complexos para sistemas mais complexos;
- (B) nos três primeiros estágios de desenvolvimento há predominância afetiva e nos dois últimos há predominância cognitiva;
- (C) a sucessão dos estágios de desenvolvimento é marcada por rupturas, conflitos e retrocessos e traz mudanças significativas nas formas de atividade do estágio anterior;
- (D) dada a passagem de um estágio de desenvolvimento a outro, a criança não mais apresentará condutas típicas do estágio ultrapassado;
- (E) o último estágio traz consigo a maturação completa das funções psíquicas e orgânicas, marcando o limite terminal do desenvolvimento da inteligência humana.

61

Dos cerca de 2,2 milhões de docentes que atuam na Educação Básica do país, aproximadamente 24% não possuem formação de nível superior (Censo Escolar de 2015).

O Plano Nacional de Educação, em sua meta 15, define que 100% dos professores da educação básica, até o final da vigência do Plano, possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Para o alcance de tal meta, o Plano prevê:

- (A) a garantia de uma política nacional de formação dos profissionais da educação realizada em regime de colaboração entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal;
- (B) a garantia de repasse de recursos para os sistemas de ensino, visando à criação e à manutenção de Instituições de Ensino Superior específicas para este fim;
- (C) programas de demissão voluntária para professores que não obtiverem a devida habilitação para as disciplinas que lecionam até o final da vigência do Plano;
- (D) licença remunerada para estudos aos professores que estiverem cursando o ensino superior para obtenção de habilitação específica na área em que atuam;
- (E) a não admissão de professores que não possuam habilitação em nível superior específica para a área, diminuindo progressivamente o percentual de professores não habilitados.

62

“As eleições diretas para diretores, historicamente, têm sido a modalidade considerada mais democrática pelos movimentos sociais, inclusive dos trabalhadores da educação em seus sindicatos. [...] A eleição direta tem sido apontada como um canal efetivo de democratização das relações escolares.” (OLIVEIRA, MORAES e DOURADO, 2008, pág. 6)

Porém, a eleição direta para diretores não pode conter em si a garantia da democracia, tendo em vista que, muitas vezes, aprofunda relações hierarquizadas no interior das escolas entre o grupo vencedor e o grupo derrotado no certame.

Segundo Oliveira, Moraes e Dourado (2008), a democratização dos processos educativos começa:

- (A) no interior da escola, por meio da criação de espaços nos quais professores, funcionários, alunos, pais de alunos etc. possam discutir criticamente o cotidiano escolar;
- (B) com a eleição de diretores e, a partir daí, valendo-se da democracia representativa, a tomada de decisão por parte da direção é legítima e representa a vontade coletiva;
- (C) a partir da indicação, pelo poder público, do Conselho Escolar que, por conter em sua composição representantes de todos os segmentos da escola, é o órgão colegiado apto para a tomada de decisão democrática;
- (D) pela construção do projeto político pedagógico pela direção da escola e sua socialização para os professores. O documento representa a democratização da tomada de decisão no interior da instituição;
- (E) pelo provimento do cargo de diretor, que deverá ser decidido por meio de indicação do Conselho Escolar eleito pela comunidade escolar.

63

Uma Escola Municipal, no início do ano letivo, ao montar a grade de horários de suas disciplinas, tendo em vista uma forte rejeição dos alunos e a facultatividade da matrícula, aloca o oferecimento do componente curricular Ensino Religioso após as 17 horas, quando se encerram as atividades regulares da escola. Os alunos matriculados no ensino fundamental nos turnos da manhã e da tarde poderiam frequentar as aulas sem prejudicar a frequência em outras atividades. Na educação infantil, o componente curricular não seria oferecido em virtude do horário em que seria disponibilizado.

A equipe diretiva, em dúvida sobre a legalidade desses atos, procura a Secretaria de Educação, que lhe esclarece que, de acordo com o Art. 210, § 1º, da Constituição Federal de 1988, que trata sobre o Ensino Religioso na escola pública:

- (A) o ensino religioso é componente curricular de facultativo oferecimento pela instituição escolar, podendo esse ser oferecido ou não em qualquer horário e dia. Portanto, não há nenhum problema nas decisões tomadas pela escola;
- (B) o ensino religioso é de matrícula facultativa, mas é disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. Portanto, o não oferecimento para a educação infantil não implica descumprimento da legislação, mas a grade teria de ser reelaborada para o ensino fundamental de maneira a compreender o ensino religioso dentro do horário do aluno na escola;
- (C) não há problema nas decisões tomadas quanto ao ensino fundamental, porém na educação infantil é também obrigatório o oferecimento do componente curricular e esse poderá ser oferecido no horário inverso ao que o aluno está matriculado;
- (D) o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina em horários alternativos nas escolas públicas de ensino fundamental. Dessa maneira, as ações da escola estão de acordo com a lei;
- (E) o ensino religioso é de oferecimento vedado nas escolas públicas brasileiras, atendendo ao princípio da laicidade do Estado. Portanto, a escola deverá retirar o oferecimento do componente curricular de sua grade de horários.

64

A liderança pode ser entendida como “um conjunto de fatores associados, como por exemplo, a dedicação, a visão, os valores, o entusiasmo, a competência e a integridade expressos por uma pessoa que inspira os outros a trabalharem conjuntamente para atingirem objetivos e metas coletivos e se traduz na capacidade de influenciar positivamente os grupos e inspirá-los a se unirem em ações comuns coordenadas”. (LÜCK, H. et all. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. Petrópolis: Vozes, 2006).

Dentro dessa perspectiva, é uma característica que atrapalha o desempenho da liderança:

- (A) a motivação constante e a orientação para a aprendizagem;
- (B) a modelagem de valores educacionais elevados;
- (C) a influência sobre as pessoas a partir da motivação;
- (D) a orientação para o desenvolvimento e aprendizagem contínuos;
- (E) a ação baseada na posição hierárquica.

65

Giovana, 2 anos, foi adotada judicialmente pelo casal José e Maria. Poucos dias após o trânsito em julgado da sentença de adoção, os pais adotivos faleceram em um acidente. Diante do acontecimento, os pais biológicos da criança alegam que houve restabelecimento do poder familiar em face da menina.

De acordo com as disposições elencadas na Lei nº 8.069/90 (ECA), a alegação dos pais biológicos está:

- (A) correta, desde que não existam parentes adotivos que queiram permanecer com a criança;
- (B) errada, pois a morte dos adotantes não restabelece o poder familiar dos pais naturais;
- (C) correta, desde que a destituição de poder familiar não tenha ocorrido por imputação de maus-tratos à infante;
- (D) errada, mas se pode considerar automaticamente restabelecido o vínculo jurídico entre a criança e os avós biológicos;
- (E) correta, desde que seja considerado que a criança usufruirá de cuidados adequados com os pais biológicos.

66

Considerando a execução das medidas socioeducativas, analise os princípios a seguir.

- I. Legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;
- II. Excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;
- III. Prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas.

Os princípios elencados que regem a execução das medidas socioeducativas são:

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

67

A história de um menino com paralisia cerebral que foi deixado na escola enquanto sua turma foi ao cinema provocou reações de indignação e solidariedade ao ser divulgada pela mãe da criança nas redes sociais.

As leis que dispõem sobre os direitos das pessoas com deficiência preveem no tocante ao direito à educação:

- (A) o acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;
- (B) a oferta de turmas exclusivas e especializadas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência;
- (C) um projeto pedagógico que garanta o seu pleno acesso ao currículo diferenciado, promovendo a conquista e o exercício da autonomia;
- (D) a oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena dos profissionais de apoio escolar;
- (E) a oferta de serviços de reabilitação para qualquer tipo de deficiência, inclusive para a manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida.

68

Jessica, 14 anos, foi surpreendida colando numa prova e retirada de sala. Com raiva, ela ameaçou a professora Lourdes e danificou o Datashow da escola.

De acordo com os princípios da Lei que institui o Sinase:

- (A) Jessica, seus pais, a professora e os membros da comunidade escolar podem participar de práticas restaurativas na busca de uma solução pactuada para a reparação dos danos decorrentes do delito;
- (B) na qualidade de vítima, a professora Lourdes poderá indicar a medida retributiva mais adequada, excetuando-se as medidas privativas de liberdade, de competência exclusiva do Juiz;
- (C) Jessica e a professora Lourdes deverão participar de atividades para autocomposição do conflito como condição para a progressão da medida socioeducativa aplicada a Jessica;
- (D) o juiz deverá aplicar à adolescente Jessica uma medida punitiva mais rigorosa como instrumento educativo para prevenir a ocorrência de novas práticas infracionais;
- (E) a ocorrência de danos de ordem material impõe aplicação de multa aos pais ou responsáveis e exclui a alternativa do uso de métodos restaurativos.

69

Analise as afirmativas a seguir, segundo as enunciações da Lei nº 8.069/90 (ECA), com relação à adoção:

I. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.

II. Podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.

III. O adotante há de ser, pelo menos, 16 (dezesesseis) anos mais velho do que o adotando.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

70

Em consonância com a Lei nº 12.594/2012, o Sinase é definido como:

- (A) o conjunto ordenado de princípios e regras que se articulam à execução de medidas protetivas, incluindo-se os sistemas municipais e estaduais, assim como todas as políticas e programas específicos de atendimento a crianças e adolescentes em conflito com a lei;
- (B) o conjunto hierarquizado de princípios, regras e critérios que estão articulados à execução de medidas protetivas em níveis municipais, estaduais e distrital, além dos planos e programas específicos de atendimento às crianças que cometam atos infracionais;
- (C) o ordenamento hierarquizado de instituições responsáveis pela execução das medidas socioeducativas, nos níveis estaduais, distrital e federal, bem como pelo planejamento de programas de atendimento a crianças e adolescentes em conflito com a lei;
- (D) o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescentes em conflito com a lei;
- (E) o conjunto ordenado de instituições que atuam articuladamente na execução de medidas protetivas e socioeducativas, nos níveis distrital, estadual e federal, assim como no planejamento de políticas de atendimento a adolescentes em conflito com a lei.

Redação



Mais uma vez discute-se a aposentadoria no Brasil; a Previdência Social, segundo a maioria, é o maior de nossos problemas, que cresce a cada dia. O Governo está tentando aprovar uma proposta que muda alguns pontos da lei atual, mas parece haver uma enorme reação.

Nesse caso, o que fazer?

Redija um texto dissertativo-argumentativo, com no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas, em língua padrão, em que você deve apresentar uma possível solução para o impasse.

Não esqueça de apresentar argumentos pertinentes.

Realização

